

**30º ANIVERSÁRIO DA COMUNIDADE DE PAÍSES DE LÍNGUA
PORTUGUESA. DESAFIOS E OPORTUNIDADES PARA A LUSOFONIA A
ORIENTE**

Luís Bernardino¹

Investigador Doutorado do Observatório Político

Resumo:

Num contexto de elevada complexidade para o multilateralismo no âmbito das relações internacionais, parece fazer sentido refletirmos sobre a relevância para a Lusofonia da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, num quadro em que a organização celebra os 30 anos de existência. Esta reflexão académica é ainda tanto mais pertinente quanto pretendemos lançar o desafio de olhar para a Lusofonia a Oriente e ponderar sobre o papel da organização na política externa chinesa e nomeadamente o papel da Região Administrativa Especial de Macau neste contexto geopolítico.

Esta reflexão académica, assente numa pesquisa biografia e da osculação de especialistas, é a parte de um projeto de investigação maior que procurar refletir sobre os principais desafios e oportunidades para a organização, apostando num conceito inovador de “Cooperação Bi-multilateral” e assente nos pilares da Língua, Cultura e da História da Lusofonia.

No geral, o estudo preparatório aponta para um conjunto de oportunidades que se colocam para a Lusofonia na aproximação da CPLP à República Popular da China e utilizando Macau como uma plataforma de projeção da Lusofonia a Oriente...com impacto para a diplomacia, economia e segurança dos Estados-Membros e da Comunidade Lusófona.

Palavras-Chave: CPLP; Bi-Multilateralismo; Cooperação Internacional, China e Macau.

¹ Luís Manuel Brás Bernardino é Coronel do Exército Português, na situação de Reserva, habilitado com o Curso de Estado Maior e o Curso de Defesa Nacional com mais de 37 anos de serviço na EU, NATO e ONU e CPLP. Mestre em Estratégia e Doutorado em Relações Internacionais pelo Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas da Universidade de Lisboa (ISCSP-UL). Atualmente, é Professor Doutor no Departamento de Relações Internacionais da Universidade Autónoma de Lisboa (UAL). Membro da Direção da Sociedade de Geografia de Lisboa (SGL) e especialista em Geopolítica, Geoestratégia e Relações Internacionais, com especial enfoque para África e para a temática da CPLP. lbernardino@autonoma.pt.

...manifestam solidariedade fraterna com o povo da Guiné-Bissau e disponibilidade para apoiar, de forma concertada, todos os esforços que conduzam ao restabelecimento da normalidade institucional; [...] Saúdam a disponibilidade da República Democrática de Timor-Leste para assumir a presidência pro tempore da organização...

Declaração Final da Iª Conferência Extraordinária de Chefes de Estado e de Governo da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, 16 de dezembro de 2025.

Introdução

No mundo atual, globalizado pela geopolítica e pela geoeconomia, onde a língua é um fator diferenciador e potenciador, fala-se relativamente muito pouco sobre a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), e ainda menos, nos espaços geográficos e nas organizações que não têm a Língua Portuguesa como um instrumento de trabalho ou uma ferramenta de oportunidade.

Neste contexto, constatamos, com alguma perplexidade pragmática, que na República Popular da China (RPC) e mais especificamente na Região Administrativa Especial de Macau (RAEM), fala-se e conhece-se, muito pouco sobre as origens, as idiossincrasias do presente, e as ambições de futuro da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa.

A tornar este paradigma ainda mais preocupante, constatamos que muito desse pouco que falamos da CPLP nos nossos Estados-membros é para criticar a inação política, a falta de iniciativa estratégica ou mesmo a pouca relevância operacional, referindo sucessivamente que tem ainda pouca expressão no complexo contexto global onde vivemos. Porque é uma organização que existe há apenas 30 anos e está ainda numa fase de construção e de afirmação regional, justificam uns; ou porque não tem ainda suficiente arcabouço político e visibilidade estratégica no cenário internacional, advogam outros ... ou ainda porque falta-lhe experiência no campo da diplomacia e da política internacional, e essencialmente utilidade prática para os seus cidadãos, sublinham ainda alguns especialistas. Ou, ainda, porque não tem conseguido afirmar-se no espectro geoestratégico global, nem ter uma linha de rumo estratégico e relevância geopolítica para se poder constituir numa opção político-estratégica



para as médias e grandes potências globais, afirmam até os acerrimamente mais críticos da relevância da CPLP no mundo contemporâneo.

Pretendemos, nesta reflexão académica, quando evocamos os 30 anos da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, demonstrar precisamente o contrário, e mostrar que a viabilidade e a utilidade da CPLP, como um relevante instrumento político-estratégico depende, essencialmente, em primeiro lugar, do empenho dos seus Estados-Membros, e em segundo lugar, obviamente, da utilidade percecionada pela sociedade em geral e especialmente pelas comunidades lusófonas estendidas, e diásporas que estão espalhadas pelo mundo, nomeadamente na República Popular da China e com mais expressão na Região Administrativa Especial de Macau.

Sendo que percebemos, facilmente, que a utilidade da CPLP está diretamente relacionada com o enfatizar da sua missão fundadora no contexto da defesa de uma Cultura partilhada, da Língua vivida e de uma História comum, onde cabem certamente países que sentem esta abordagem tripartida, tais como a República Popular da China e nomeadamente a Região Administrativa Especial de Macau...embora atualmente num contexto geoeconómico e geopolítico mais exigente e muito mais complexo e competitivo, como é o mundo atual.

Costumamos ouvir dizer, com algum propósito, que a Comunidade é aquilo que os seus Estados-Membros querem que ela seja...e, neste contexto, a pergunta que muitas vezes nos assola sobre alguns países-membros, e que procuramos trazer para esta reflexão académica, é precisamente saber o que se pretende da CPLP? E de que forma a CPLP pode ser útil e necessária para futuro dos seus países-membros? E mais concretamente de que forma a Comunidade pode ser um relevante instrumento da Política Externa ou potencialmente um ator multilateral regional... que pode interessar às potências globais, nomeadamente à China, neste caso muito específico por via de Macau?

A Comunidade dos Países de Língua Portuguesa está assente num modelo de gestão por objetivos e afirma-se, diariamente, num compromisso político-diplomático e histórico-cultural por parte de todos os governos de todos os



Estados-Membros...pois que a CPLP será tanto mais relevante internacionalmente quanto maior for a relevância que cada Estado-Membro lhe atribuir de *per si* nos próprios espaços nacionais e regionais. O reconhecimento e a mais-valia internacional depende e está diretamente relacionado com a relevância que cada estado-membro lhe atribui...e aí temos uma primeira dificuldade...nem todos os países-membros reconhecem a importância da CPLP para a afirmação da sua Política Externa.

Algumas perguntas que importam fazer: Será que o Brasil aborda a temática da CPLP quando em cimeiras dos BRICS ou no MERCOSUL? Será que Timor-Leste aborda a temática da CPLP quando em reuniões da ASEAN? Será que Portugal aborda convenientemente a CPLP quando reúne em Bruxelas na sede da União Europeia (UE) ... Estes são apenas três exemplos ...

Outra dificuldade está relacionada com a relativa pouca visibilidade internacional ao nível do multilateralismo e as dificuldades experimentadas em se afirmar nos contextos regionais onde conjunturalmente poderia (e deveria) estar presente, e neste contexto regional relevo especialmente o mais novo desafio, que se prende com a possível aproximação à ASEAN onde a CPLP tem um dos seus Estados-membros – Timor-Leste.

Neste contexto, a nossa pergunta de partida para esta reflexão académica por ocasião dos 30 anos de existência é procurar saber se a CPLP é de facto relevante neste mundo global? E sendo hipoteticamente relevante, e numa segunda fase, identificar quais as principais oportunidades e desafios que podemos esperar na nossa relação político-estratégico-diplomática? E, ainda, numa visão académica, o que deve a China, e nomeadamente Macau, fazer em prol da aproximação ao “triângulo virtuoso” que une a Cultura - Língua e a História Lusófona, num mundo dominado pela competitividade geopolítica e geoeconomia?

1. Recordar os Antecedentes da CPLP

Para iniciarmos esta reflexão académica propomo-nos começar pelas origens e identificar quais os principais fundamentos que levaram à criação da



Comunidade dos Países de Língua Portuguesa e procurar alinhar as raízes comuns e os princípios partilhados que estiveram subjacentes na base da sua origem ideológico-político-diplomática.

Sem ir muito longe no friso cronológico da espuma dos tempos, ao início da Epopeia dos Descobrimentos (1415), ao deambular das Descobertas do caminho marítimo para a Índia (1498) por Vasco da Gama, ou a chegada a Macau de Jorge Álvares (1513) e mesmo mais recentemente na Conferência de Berlim (1884–1885) ou ainda numa data mais recente na queda do Muro de Berlim (1991), podemos constatar, quando analisamos a investigação das hipotéticas raízes mais profundas da CPLP, que encontramos duas ideias-força simbólicas e articuladas num referencial histórico que nos merecem uma profunda reflexão, especialmente num momento em que pensamos e debatemos os 30 anos e o futuro da Comunidade Lusófona.

As duas ideias-forças consubstanciam-se em duas palavras-força e a que são nomeadamente “Democracia e Desenvolvimento” e “Língua Portuguesa e Cultura Lusófona”. Vejamos a relação e a interdependência entre ambas ao longo da história da nossa Comunidade.

Este paradigma de alinhamento ideológico e de palavras são sentidas e fazem sentido no contexto da Lusofonia e como veremos estão ligadas à matriz histórica da própria CPLP. Estas palavras estão, por outro lado, relacionadas com marcos ou referenciais históricos que fizeram das décadas de 60 a 90 do século passado, um período marcante e fundamental para as origens da Comunidade.

Uma época cheia de contradições e promessas...cheias de desafios e de esperanças...cheia de dilemas e de oportunidades...uma época onde cada Estado-Membro teve um papel singular, mas fundamental e muito relevante no alinhamento geopolítico que a Comunidade forjou e que chegou aos nossos dias.

Por outro lado, assistimos nas últimas décadas a uma mudança paradigmática na Política Externa dos países-membros e especialmente na mentalidade político-identitária, que teve, entre outras consequências, o mérito



de colocar os países de matriz lusófona a desempenhar um papel vital na criação da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa.

Os “novos” Países podiam não ter assumido esse compromisso, os “novos” Estados podiam não querer reviver a História, e os Povos poderiam não querer afirmar-se conjuntamente para um projeto identitário comum tendo como base a Língua Portuguesa. Enfim, a mudança paradigmática e a construção identitária da Comunidade resultaram, assim, de uma evolução na política interna que viria a ter consequências na política externa e na relação com o mundo lusófono. Paradigma que marcaria o engajamento político-ideológico há bem mais de 30 anos, de sete países, no maior projeto da Lusofonia realizado até aos dias de hoje ... a criação da CPLP.

A Democracia e a valorização do passado histórico como contributo visionado para o Desenvolvimento Sustentado foi a matriz que cimentou e permitiu que a identidade linguístico-cultural se afirmasse nos espaços nacionais e regionais, e que definiu a CPLP como uma organização regional com amplitude global...porem nem sempre percecionamos como tal.

Na boa verdade, o relançamento do projeto identitário lusófono no pós-independências africanas teve certamente a ver com a vontade que cada Estado-Membro, que pretendeu, num novo quadro multilateral, reforçar a relação bilateral que ia timidamente existindo...e que criou as oportunidades para degenerar numa verdadeira relação bi-multilateral, estratégica, visionária e decisiva. Se olharmos precisamente para essa dicotomia africana constatamos que os ventos da História Lusófona sopraram com mais força depois da Conferência de Bandung, na Indonésia (1955). Conferência que viria a dar origem ao Movimento dos Países não Alinhados².

E, mais tarde, depois de 1960, ano da aprovação da famosa resolução 1514/60 da ONU, que consagrou o direito dos Povos à sua Independência. Essa circunstância histórica, induziu as lideranças africanas, a desenvolverem, o que

² O Movimento dos Países Não Alinhados é um fórum internacional composto por 120 países que não estão formalmente alinhados com nenhuma grande potência ou bloco militar. Este fórum global surgiu como uma alternativa à polarização da Guerra Fria, promovendo a cooperação entre nações do "Terceiro Mundo" e defendendo a independência, a autodeterminação e o desenvolvimento económico.



seria a referência a um “Modelo de Descolonização Lusófono”, e que levou à proclamação da Independência e do assumir dos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP) a sua identidade Lusófona.

Aliás, os processos de independência africanos característicos das décadas de 60/70, deram também à Língua Portuguesa um espaço de afirmação ampliado no contexto africano, contribuindo significativamente para que a ideia de uma “Comunidade Lusófona Alargada” pudesse aí surgir...como veio a acontecer.

Esta circunstância, simultaneamente geopolítica e geoestratégica, viria a ser fundamental na origem da Comunidade e, permitiu conjugar a vontade dos cinco PALOP em África e mais tarde na Ásia, nomeadamente em 2002 com a adesão de Timor-Leste, que se associava assim à criação da CPLP. Mais tarde, com a inclusão da Guiné Equatorial (2014), assistiríamos a uma exceção, num processo que ainda hoje não é perfeitamente compreendido interna e internacionalmente, pois foge muito ao estereótipo que estamos a constatar onde se associa “Democracia-Desenvolvimento” com “Língua Portuguesa-Cultura Lusófona”.

Já agora, recordemos que na origem da CPLP, como iremos ver, a Guiné-Equatorial estava fora da matriz ideológica que permitiu criar a Comunidade em 1996, e constatamos hoje que passados alguns anos de um complexo processo de adesão que teve tudo para não ser inclusivo, levou por ação de alguns Estados-Membros mais relevantes da organização (Angola e Brasil) a alargar o espaço circunscrito da Lusofonia a um país que pouco (ou quase nada) tinha a haver com a matriz identitária inicial da Comunidade Lusófona.

Circunstancialmente, foi nos anos pós-independências africanas, numa “luta” ideológica pura para criar uma identidade nacional própria e que pudesse agregar povos, pessoas e vontades políticas debaixo da mesma bandeira, que muito se refletiu e se decidiu sobre o futuro da ligação de África com a Comunidade e o futuro da Lusofonia em África. Foram também anos de luta contra o analfabetismo, a iliteracia popular e o subdesenvolvimento literário e académico. Foram anos que permitiram a afirmação dos PALOP ao escolherem



o seu caminho identitário que, podendo derivar e ser atraído por outras línguas regionais, se afirmaram no caminho da Lusofonia, também como forma de afirmação regional e continental.

Foi também tempo de consolidar uma aposta na educação, na literacia e na cultura, num desenvolvimento assente na democratização, foi um tempo que permitiu uma expansão da Língua Portuguesa levada não por decreto, mas pela mão de países “irmãos” seguindo um rumo próprio que visava garantir uma consolidação nacional e a afirmação regional. Estes países alinharam nesta ideia, permitindo ganhar vantagem geopolítica e geoestratégica na afirmação da Comunidade num espaço que passou a ser o centro de gravidade estratégica do designado “Triângulo da Lusofonia”³, tendo como vértices: Portugal- Brasil- Timor-Leste.

Neste contexto, noutra latitude, mais próxima da China, Timor-Leste é talvez o palco da demonstração mais recente deste paradigma de impulso para uma “Lusofonia Consciente”, numa aposta na democratização e no desenvolvimento sustentado, onde a Língua Portuguesa é factor de Identidade Nacional. O processo de adesão de Timor-Leste foi assim um grito de afirmação de um povo subjugado e oprimido que teve na língua portuguesa um grito de afirmação e que sentiu vontade (e oportunidade) de marcar uma identidade própria num espaço geopolítico complexo, onde seria mais fácil adotar outra língua, diferentes culturas ou ser assimilado cultural e linguisticamente pela grande potência regional: a Austrália.

³ O designado “Triângulo da Lusofonia” refere-se à aliança estratégica e cooperação cultural, política e económica formada por Portugal, Brasil e Timor-Leste, marcando um espaço triangular para que os países Africanos estejam no centro e possam ser vistos como o centro de gravidade geoestratégica da Comunidade. Este eixo representa o núcleo demográfico e económico do universo de língua portuguesa, impulsionando fluxos migratórios, acordos diplomáticos no seio da CPLP e relações empresariais transatlânticas. Para entender a dinâmica deste triângulo, considera-se os seguintes pilares: Eixo Cultural e Histórico: Une os países através da língua e herança partilhada, facilitando a mobilidade internacional e o intercâmbio académico; Cooperação Estratégica: Fomentada pela CPLP, abrange desde acordos ortográficos até ao “Barómetro da Lusofonia”, que monitoriza as perceções sociais nestes territórios e os Impacto Económico: Que representam um motor de inovação e negócios num mundo globalizado, tirando partido das ligações diretas via Oceano Atlântico e a ligação com a Europa, América e Oriente.



Mais uma vez, a procura da Democracia e do Desenvolvimento fez-se assente na ligação à Língua Portuguesa e à Cultura Lusófona. A afirmação de Timor-Leste na região do indo-pacífico é uma oportunidade para todos os países da CPLP que veem neste vértice do triângulo uma relação com um espaço geográfico que estaria, em princípio, fora do escopo da maioria dos Estados-Membros.

Nos diálogos da História, as palavras “Democracia e Desenvolvimento” associado às palavras “Liberdade” e “Estado de Direito”, passaram a ser entendidas diferentemente pelos idiomas matriciais, muitas vezes desvirtuando a relevância que as palavras tinham.

Nesta parábola, foram novamente os Estados Africanos impulsionados pelo exemplo do Brasil, que conservaram este prisma de entendimento linguístico-cultural, e que muito contribuiu para que a Língua Portuguesa pudesse ter uma presença em África...abrindo novos espaços regionais para novas oportunidades...essencialmente para a projeção regional e global da CPLP, o que ainda não veio a acontecer e que será certamente um dos maiores desafios no futuro da CPLP.

Neste contexto, vimos que os líderes e nomeadamente as lideranças dos movimentos nacionalistas, que lutavam, pelo resgate da independência, atentos ao património imaterial comum acumulado por todas as camadas da sociedade, deram o exemplo do bom uso, ensino e da difusão da Língua comum...o Português, que se viria a afirmar-se como “Língua de Desenvolvimento e de Democracia”. Condição que esteve na base ideológica da origem da “Comunidade Lusófona” e que marca, ainda hoje, a nossa verdadeira Identidade, quer seja em Portugal, em Timor-Leste, nos Países Africanos ou no Brasil.

É neste âmbito que poderemos falar de uma “Comunidade Lusófona Alargada” que não só permite a inclusão desde 2005 de Estados (e Organizações) com o Estatuto de Observador Associado da CPLP – e temos atualmente cerca de trinta – mas de todos os países que queiram aprender a Língua Portuguesa e a Cultura Lusófona apostando numa organização multilateral para esse efeito.



Neste contexto, permitam-me que saliente que em Portugal, neste contexto, além dos movimentos políticos que levaram às independências e à passagem da responsabilidade na “defesa” da Língua Portuguesa, lembramos hoje que se registaram dois episódios que ficaram ligados à história das origens da CPLP, e que merecem ser nesta ocasião, especialmente recordados e foram fundamentais para, essencialmente, materializando o eixo Portugal-Brasil, permitir a construção da “Identidade Lusófona” a nossa identidade...Referimo-nos, especialmente, ao conhecido e saudoso Professor Adriano Moreira, então presidente da Direção da Sociedade de Geografia de Lisboa (SGL)⁴, quando organizou dois congressos das designadas “Comunidades da Cultura Portuguesa”.

O primeiro congresso internacional realizou-se em 1964, em Lisboa, precisamente na SGL; e o segundo, viria a realizar-se em 1967, a bordo do navio NRP “Príncipe Perfeito”, navegando nas águas, já agitadas e turbulentas, nas imediações da Ilha de Moçambique...aludindo certamente a Luís de Camões e à Língua Portuguesa.

Desses dois congressos resultaram dois instrumentos que originaram e deram impulso à criação da CPLP, nomeadamente: a “União das Comunidades Portuguesas”, e mais precisamente a prestigiada “Academia Internacional da Cultura Portuguesa”, ambas instituições com o mérito de fazer pensar na importância da sociedade civil para a Cultura Portuguesa e projetar a Lusofonia (ainda sem conotação à CPLP), como fenómeno potencialmente integrador de Comunidades numa ideologia que chegou aos nossos dias.

Estes movimentos, aparentemente desconexos, a par de tantos outros nos espaços de língua portuguesa, cujo valor histórico e importância simbólica para a CPLP são muitíssimos relevantes, e por isso penso ser oportuno mencionar nesta reflexão sobre as origens da CPLP.

⁴ A Sociedade de Geografia de Lisboa (SGL) é uma sociedade científica criada em Lisboa no ano de 1875 com o objetivo de em Portugal promover e auxiliar o estudo e progresso das ciências geográficas e correlativas. A Sociedade foi criada no contexto do movimento europeu de exploração e colonização, dando na sua atividade, desde o início, particular ênfase à exploração do continente africano e baluarte da Lusofonia e da Língua Portuguesa no mundo.



Estes acontecimentos tiveram também de lidar com o fim da Ditadura Militar no Brasil (1985)⁵ e que marcou o início de uma redemocratização do país, o que simbolizou também, de certa forma, em nossa opinião, uma Revolução da Lusofonia...sentida no Brasil com o surgimento da Nova República e em todos os processos que ficaram ligados à afirmação da Democracia, do Desenvolvimento e da Lusofonia no mundo, de que a CPLP foi, é, e pensamos que irá continuar a ser, o principal representante para todos os Estados-Membros.

Enquanto a Democracia se estabelecia no Brasil em 1985 e se insinuava em Portugal após a bem-sucedida “Revolução dos Cravos” em 1974/75, os ditos territórios “coloniais” ou “ultramarinos” tiveram destinos diferentes e tiveram que procurar a sua própria Democracia, tendo apostado, como vimos, na “Identidade Lusófona”, como contributo para uma maior abertura ao mundo e contribuindo, significativamente para a defesa da identidade linguístico-cultural que nos une há bem mais de 500 anos.

Na verdade, a designada Pré-história da Comunidade Lusófona assinala-se conceptualmente tendo por base, como vimos, três caminhos diferentes, mas que consubstanciam as ideias força e as palavras que identificamos como charneira na criação da CPLP, a relação Democracia-Desenvolvimento-Lusofonia:

- a. Em primeiro lugar, o modelo brasileiro e português de caminho para a Democracia assente numa revolução interna, que não se repetiu e que, como vimos, esteve na origem da CPLP, contribuindo para a sua conceção como Identidade Lusófona e permitindo que o Brasil e Portugal sejam um dos principais representantes;

⁵ O fim da Ditadura Militar no Brasil ocorreu em 1985, marcando o início da redemocratização do país. O processo foi gradual, com a posse de José Sarney como presidente em 15 de março, após 21 anos de regime militar, e culminou na promulgação da Constituição de 1988. A ditadura militar no Brasil, que durou de 1964 a 1985, foi um período marcado pela restrição de direitos políticos, censura e perseguição aos opositores. O golpe militar de 1964 depôs o presidente João Goulart e instaurou um regime autoritário que se consolidou com a promulgação de atos institucionais, como o AI-5, que intensificou a repressão.



- b.** Em segundo, o triunfo da Língua Portuguesa como fator de identidade e união nacional pós-independência em Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, São Tomé e Príncipe, assim como mais tarde em Timor-Leste (2002), onde foi fundamental a visão e liderança de que a democracia e o desenvolvimento teriam de assentar na aposta na língua portuguesa e na cultura lusófona como identidade própria e projeto geopolítico;
- c.** E, finalmente, em terceiro lugar, a integração da Guiné Equatorial (2014) na Comunidade Lusófona, o que quer dizer, na prática, assimilar a Cultura e a Língua Portuguesa nas suas obrigações como Estado-Membro, abrindo espaço para outros Estados em outras geografias.

2. As Instituições Precursoras da Identidade da CPLP

Em datas mais recentes, entre os precursores da CPLP, encontramos duas Instituições cuja natureza interessa ao tema em discussão onde foram dados relevantes contributos para a criação da CPLP, nomeadamente o advento da “Associação das Universidades de Língua Portuguesa” (AULP), fundada na cidade da Praia, Cabo Verde, em 1986, com a intenção explícita de acompanhar de perto a cooperação bilateral no domínio da cultura e da educação e privilegiar a interação multilateral nos domínios do ensino e da ciência, tendo por base o Português. Outro precursor da CPLP foi o “Instituto Internacional de Língua Portuguesa” (IILP), criado no Maranhão, Brasil, em 1989, e atualmente, curiosamente, com sede na bela cidade da Praia em Cabo Verde.

Não terá sido por acaso, que estas duas instituições são precursoras e representam os fundamentos ideológicos da CPLP, posteriormente integradas ou adotadas. Foi assim efetivamente a Associação das Universidades de Língua Portuguesa (AULP) e o Instituto Internacional de Língua Portuguesa (IILP) a que a personagem do Embaixador José Aparecido de Oliveira, entre muitos outros académicos e diplomatas brasileiros, estiveram indubitavelmente ligados à sua génese e matriz ideológica que chegou aos nossos dias.



Nessa época de reencontros significativos, em ambos os lados do Atlântico, Brasil e Portugal, dois homens distinguiram-se de modo ímpar pela forma como anteciparam o futuro na ação concreta da construção da CPLP: o Professor Adriano Moreira e o Embaixador José Aparecido de Oliveira⁶.

Somos de facto uma organização ainda muito jovem, em crescimento e em construção, talvez numa crise de identidade e de afirmação, mas já com uma história muito rica e um passado que nos deve orgulhar...E por isso os países que a fundaram, não podem, nem devem, abandonar essa responsabilidade que herdaram do seu passado no Mundo...pois temos a noção clara que a CPLP é potencialmente muito importante para cada um dos Estados Membros e relevante no contexto global.

3. Os Fundamentos Ideológicos da CPLP

Antes da constituição formal da CPLP, encontrámos assim muitas ideias e opiniões favoráveis, que assentavam em critérios linguísticos, culturais e históricos, para justificar, como vimos, as cláusulas da solidariedade entre Povos, assentes na busca comum da Liberdade, da Democracia e do Desenvolvimento Sustentado.

Neste contexto, a Declaração Constitutiva, de 17 de julho de 1996, que parte do imperativo de consolidar uma identidade própria (Lusofonia) baseada num idioma comum (Língua Portuguesa), com vista a contribuir para o reforço dos laços de solidariedade e cooperação entre os, na altura, sete países da Lusofonia, foi também uma relevante vitória para a diplomacia brasileira.

A Declaração refere-se à Língua Portuguesa como veículo, património, espaço e fundamento de um projeto comum, em diálogo, com outras línguas nacionais, numa relação de complementaridade que tem expressão nos mais de

⁶ Também a História da CPLP já tinha registado que, em 1983, o Dr. Jaime Gama, na qualidade de Ministro dos Negócios Estrangeiros de Portugal, escolheu uma visita oficial a Cabo Verde para apresentar na cidade da Praia aquilo que na altura era verdadeiramente uma ideia peregrina e uma reflexão de ensaio político: a criação de uma “Comunidade dos Países de Língua Portuguesa”, e que viria a ser apoiado pelo Brasil.



250 milhões de luso-falantes, dos quais cerca de 80% são do Brasil. E poderia incluir as Diásporas e os luso-falantes que existe nomeadamente em Macau e todos quantos aprendem o idioma e a cultura na China e noutras paragens.

No acordo que nos orienta e legitima, a coordenação político-diplomática é mencionada no fim, como que a sugerir que resultará, naturalmente, da valorização do idioma comum e que nestes 30 anos degenerou em mais de vinte áreas distintas de cooperação, o que mostram não só a vitalidade, mas a relevância que deriva de ser um potente mecanismo de cooperação que não pode, nem deve, ser dispensado pelos seus Estados-membros na sua relação com o Mundo Lusófono.

Os Estatutos da CPLP, aprovados na mesma data, fixaram desde logo, como sabemos, três grandes objetivos: a concertação político-diplomática; a cooperação em diversos domínios e, a materialização da promoção e difusão da Língua Portuguesa. Estes domínios de ação são precisamente os principais domínios onde os países podem e deve beneficiar da sua aprendizagem e engajamento na CPLP.

O Comunicado Final da Cimeira Constitutiva de Lisboa, em 1996, deu primazia à cooperação cultural e à operacionalização do Instituto Internacional de Língua Portuguesa (IILP), criado para promover, enriquecer e difundir a língua como veículo de cultura, educação, informação e acesso ao conhecimento científico e tecnológico.

Fator de afirmação nacional e da identidade na rede global de conhecimento ... pois o Português é língua de trabalho e de comunicação em muitos organismos multilaterais, onde a China está representada ou tem assento por direito, e simbolicamente é a primeira língua falada no Hemisfério Sul, onde a China tem uma presença significativa e estrategicamente relevante.

Do ponto de vista histórico e institucional, apesar de algumas incongruências na definição dos objetivos, parece não existirem dúvidas de que os antecedentes pensadores, as instituições precursoras e os textos fundadores da CPLP, muito por via de Portugal e do Brasil, consubstanciam a importância da Língua Portuguesa como instrumento de união e que tudo pode unir, pois que



através do que ela simboliza, os Estados-Membros apostam na sua força para contribuir para o bem-estar material e moral das suas populações.

4. As Opções Estratégicas da Língua Portuguesa como elemento de Competitividade

Cremos que as opções estratégicas para a construção e edificação da Comunidade podiam, mas não deviam ter sido diferentes, porque a valorização da Língua Portuguesa constitui uma necessidade, uma vantagem competitiva e um projeto com viabilidade e válido para todos os Estados-Membros da CPLP...e muito especialmente para o Mundo Lusófono, que tem mais de 270 milhões de habitantes e que está representado em todo o Mundo, nomeadamente na sua diáspora que está estimada em mais de 15 milhões de pessoas, espalhadas por todo o mundo. Importaria ainda identificar a(s) diáspora(s) e os luso-falantes de territórios que tiveram (e têm) uma Identidade Lusófona marcante ao longo da sua história e que certamente sente uma atração e curiosidade natural que impele muitos Chineses a escolherem o idioma de Camões, como podemos ver também com alguma expressão em Macau.

Neste contexto, porque consideramos que a língua comum é uma vantagem relativa e também fator de competitividade, quando confrontamos a CPLP com outras comunidades pós-coloniais, em particular a Comunidade de Língua Inglesa (Commonwealth) e a Comunidade de Língua Francesa (Organização Internacional da Francofonia), tomamos nota da imperiosa necessidade de considerarmos três singularidades relevantes, que materializam, a relevância atual da CPLP:

- a.** Em primeiro lugar salientar que a CPLP resultou da expressão soberana de nações independentes que, na viragem dos respetivos percursos políticos, decidiram aproveitar as heranças comuns, incluindo a cultura e a língua, para interagir e apostar no desenvolvimento assente nos valores partilhados da Paz, Liberdade e da Democracia...princípios que se advogam nas diferentes Constituições e que são basilares na CPLP;



- b.** Segundo, que a CPLP nasceu como uma organização linguístico-cultural, sem especial vocação para se transformar numa união económica e monetária, tendo ainda assim vindo a contribuir para uma tentativa de consolidação das Economias e em muitas áreas do desenvolvimento financeiro...e que contribui para acrescentar valor a cada Estado-membro...nem todos em igual medida como sabemos...;
- c.** E em terceiro lugar pelo facto de ter apostado, há mais de 25 anos, na cooperação na área da Defesa, que se revelou uma aposta ganha e que contribuiu para alavancar as Forças Armadas e a componente de Defesa Nacional dos Estados-Membros, com evidentes ganhos também para a CPLP.

Na verdade, a CPLP deveria abrir um próximo pilar de crescimento institucional, numa dinâmica de contribuir para a sua internacionalização económico-financeira, indo para além da Língua e da Cultura, e apostar numa presença estratégica mais substancial nas regiões onde gravitam os Estados-Membros...nomeadamente em África e muito especialmente numa aposta de futuro no Indo-Pacífico.

Essencialmente no sentido de institucionalizar relações privilegiadas no domínio económico-financeiro e de segurança e defesa. Pois, além da globalização e das dinâmicas regionais, temos de ter em conta a lógica própria das novas relações bi-multilaterais, numa nova lógica de cooperação estratégica global onde todos os países se querem posicionar.

Ora, se as tendências globais de fundo não contrariarem estas constatações, deveremos, sem deixar de incentivar o projeto nos domínios da Cultura e da Língua Portuguesa para a educação, ciência, tecnologia e o desenvolvimento humano, apostar decisivamente na cooperação económico-financeira e na segurança e defesa, onde a CPLP precisa de todos os seus Estados-membros...e cada Estado-Membro também precisa da CPLP.



5. O que a Oriente a República da China (e Macau) podem fazer?

A prática mostra-nos ainda uma CPLP política e economicamente débil, sem uma clara linha de rumo perceptível, algo hesitante entre as pressões conjunturais regionais e os dilemas globais, e à procura de um projeto de cooperação estratégico e estável, afirmativo e fundamentalmente, mobilizador.

Diríamos, numa só palavra, que a CPLP é no mundo atual uma onda num mar agitado...onde sabemos que nos pode levar para algum lugar...mas não sabemos exatamente para onde...e atualmente a República Popular da China, por via da sua Região Administrativa Especial de Macau, precisam de contrariar esse paradigma e conhecer bem esse mar e surfar bem essa onda, em prol da sua afirmação no mundo da Lusofonia e assim no mundo global.

Por conseguinte, por incómoda que seja, esta pergunta parece tecnicamente correta: Será a CPLP relevante para a República Popular da China? Em nosso entender, pensamos que potencialmente sim e que depende, fundamentalmente, de quatro condições:

- a.** Primeiro, procurar conhecer melhor as dinâmicas internas e as oportunidades que surgem em múltiplos domínios de cooperação e em várias geografias onde a CPLP está presente, nomeadamente ao nível da Língua Portuguesa, da Cultura Lusófona e também da economia e da ciência, da educação e da saúde, pois conhecer e apostar na Lusofonia é acrescentar um pouco à História de Macau e da China continental;
- b.** Em segundo lugar, importaria reforçar uma aposta ao nível de um diálogo político-diplomática e apostar na possibilidade de servir de fórum de diálogo multilateral com os países da Lusofonia...nomeadamente nos contextos regionais e globais onde estão bi-multilateralmente representados... indo muito para além do “Fórum Macau” e funcionando numa lógica bi-multilateral;



- c. Em terceiro lugar, procurar identificar linhas de cooperação estratégica em áreas e geografias conjunturalmente possíveis, tais como a economia, a tecnologia, a educação e outras áreas a definir, nomeadamente em África, visto que a afirmação da China no mundo implica uma participação nas Organizações Regionais Africanas e uma cooperação com os Estados...e a CPLP tem esse potencial.
- d. E por último, pensar na possibilidade de se constituir, num futuro próximo, como Observador Associado da CPLP, permitindo uma aproximação política que pode chocar algumas, mas que estou certo agradaria à maioria pois que os Observadores Associados da CPLP são atualmente Estados e Organizações internacionais que participam na Comunidade para reforçar a cooperação política, económica, cultural e académica...e poderá interessar a ambos.

Cremos também que a reunião destas quatro condições poderia acelerar o processo de dinamização do conceito de Lusofonia alargado, libertando-o definitivamente de qualquer conotação do passado, e abrindo a porta a um mundo novo...onde todos queremos estar...também por via da cooperação institucional e de um maior comprometimento político-diplomático e um maior engajamento estratégico com a CPLP.

Neste quadro hipotético, pensamos que Macau poderá representar o elo de ligação e o elemento charneira, não só pela afinidade histórica, cultural e linguística, como pelo passado comum e pela apetência natural, pois todos nos sentimos que Macau pertence à CPLP e a CPLP está bem acolhida em Macau...onde o Forum Macau teria muito a ganhar com esta possibilidade.

Conclusões

Será a CPLP relevante para a Oriente para a República Popular da China?

Sendo que parece provado que a CPLP pode ser fundamental e um elemento estratégico, por diversas razões, como vimos, para a República



Popular da China e para Região Administrativa Especial de Macau e que pode ser muito relevante na afirmação do papel da organização como ator global. O grande desafio para a China, passado estes mais de 30 anos, é poder contribuir para que a CPLP possa passar de uma “Comunidade Hipotética” a uma “Comunidade Real”.

Para isso a China necessita de se aproximar da organização, entendendo o seu propósito e solicitar o estatuto de Observador Associado da CPLP, eventualmente por intermédio de Macau, onde a afinidade histórico-cultural com a Cultura Lusófona é muito evidente. Aproximar-se da CPLP e conhecendo melhor permite saber como melhor se posicionar para cooperar estrategicamente numa relação bi-multilateral.

Um grande projeto está assim ao “alcance da mão” e a questão para a República Popular da China (e para Macau) é de escolher entre perder-se nos mares da Lusofonia ou assumir com determinação estratégica o desiderato de aproximação à Cultura Lusófona e à Língua Portuguesa, atualmente num contexto de algum crescimento institucional e de tentativa de afirmação global da Comunidade num mundo que se rege por alianças e interesses.

Esperemos que a CPLP possa ser no futuro mais interessante para a Política Externa chinesa e que a Comunidade possa compreender que ou se alarga e cresce tornando-se mais global ou fecha-se e vai estagnar, tornando-se mais regional ... e local...

Os desafios para a República Popular da China e para a sua Região Administrativa Especial de Macau (RAEM) são muitos, mas as oportunidades também são imensas. E como tal, esperamos que os despertares das consciências adormecidas permitam que Macau ocupe o seu espaço na CPLP e que a China se aproxime do Mundo da Lusofonia...e que em suma, a CPLP possa ser mais relevante para a China e para Macau do que hipoteticamente já o é ...

Pequim, 22 de junho de 2026

Referências Bibliográficas:

BERNARDINO, Luís Manuel Brás (2022). O Futuro das relações Cívico-Militares na CPLP: Desafios e Perspectivas. In “Relações Cívico-Militares na CPLP”. Centro de Análise Estratégica da CPLP e Universidade Joaquim Chissano. Maputo-Moçambique. pp. 213-223. ISBN 978-989332496-7.

BERNARDINO, Luís Manuel Brás (2019). A cooperação de defesa na CPLP e a presença militar chinesa em África. Instituto Internacional de Macau (IIM). Mosaico - Vol. LXIX. (Março, 2021). ISBN 978-989-54696-8-0. Disponível em: <https://www.iimacau.org.mo/index.php/pt/noticias/437-artigo-a-cooperacao-de-defesa-da-cplp-e-a-presenca-militar-chinesa-em-africa>

BERNARDINO, Luís Manuel Brás e RIZZI, Kamilla (2021). A Criação de uma Força de Assistência Humanitária na CPLP: Desafios e Oportunidades para o Reforço da Cooperação em Defesa. Atas do XIº Encontro Nacional da Associação Brasileira de Estudos de Defesa. Brasília. Disponível em: https://www.enabed2021.abedef.org/resources/anais/15/enabed2020/1626442430_ARQUIVO_3cd06dcd7692e7aadc47518086ab463b.pdf

BERNARDINO, Luís Manuel Brás (2023). 25 Anos de Cooperação na CPLP no Domínio de Defesa (1998-2023). Uma aposta na Atlânticidade. Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa. Série 140. Nº 1-12 (Janeiro - Dezembro 2023). pp.93-110.

Bernardino, Luís Manuel Brás (2024). Portugal na Comunidade de Países de Língua Portuguesa. Será a CPLP relevante para Portugal?. Anuário Janus 2024. Universidade Autónoma de Lisboa. <https://observare.autonoma.pt/anuario/wp-content/uploads/sites/5/2025/03/Janus-2024-E28093-LuiCC81s-Bernardino.pdf>

CAHEN, M. (2017). 1996-2016 – A CPLP. Uma organização para quê? Portuguese Studies Review – Exploring the Crossroads and Perspectives of Lusophone Studies, 23(1), pp. 67–96. <https://shs.hal.science/halshs-02470548/>

FONTOURA, Luís (2001). A Importância do Brasil no Espaço Lusófono. Academia Internacional da Cultura Portuguesa, Separata do Boletim N.º 28 / 2001.

MARQUES, J. (2022). CPLP: the first twenty-five years. Conjuntura Austral, 13(63), 7–12. <https://www.seer.ufrgs.br/index.php/ConjunturaAustral/article/view/126880>

MOREIRA, Adriano (2001). Comunidade dos Países de Língua Portuguesa: Cooperação. Instituto Português de Conjuntura Estratégica. Almedina. Coimbra.

MULLER DE OLIVEIRA, G. (2019). O Instituto Internacional da Língua Portuguesa da CPLP. *Linha D'Água*, 32(2), 11-36. [https://doi.org/10.11606/issn.2236-4242.v32i2p11-](https://doi.org/10.11606/issn.2236-4242.v32i2p11-36)

[36](https://doi.org/10.11606/issn.2236-4242.v32i2p11-36)

RIZZI, Kamilla e BERNARDINO, Luis Manuel Brás (2020). A Identidade da CPLP no Domínio da Defesa: Uma visão ampliada para a cooperação em Defesa. *Revista Brasileira de Estudos de Defesa*. Volume (6). Nº 2. (julho/dezembro 2019), pp. 205-231.

DOI: 10.26792/rbed.v6n2.2019.75171. Disponível em: <https://rbed.abedef.org/rbed/article/view/75171>

TORRES, Adelino e FERREIRA, M. Ennes (2001). *Comunidade dos Países de Língua Portuguesa: Cooperação*. Instituto Português de Conjuntura Estratégica. Almedina. Coimbra.

*

* *

ACORDO DE COOPERAÇÃO ENTRE A CPLP E O FÓRUM DA LUSOFONIA. 9 de março de 1998. Lisboa.

ACORDO DE COOPERAÇÃO ENTRE INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR DOS PAÍSES MEMBROS DA CPLP. 17 de julho de 1998. Praia.

ACORDO ENTRE O GOVERNO PORTUGUÊS E A CPLP REFERENTE AO ESTABELECIMENTO DA SEDE EM PORTUGAL. 3 de julho de 1998. Lisboa.

Boletim da CPLP N.º 4, 7 e 11.

COMUNICADO FINAL DA CIMEIRA CONSTITUTIVA DA CPLP. 17 de julho de 1996. Lisboa.

DECLARAÇÃO CONSTITUTIVA DA COMUNIDADE DOS PAÍSES DE LÍNGUA PORTUGUESA. 17 de julho de 1996. Lisboa.

ESTATUTO DO CIDADÃO LUSÓFONO – Cabo Verde. Lei n.º 36 / V / 97, de 8 de agosto de 1997. Praia.

ESTATUTOS DA COMUNIDADE DOS PAÍSES DE LÍNGUA PORTUGUESA. 17 de julho de 1996. Lisboa.

ESTATUTOS DO INSTITUTO INTERNACIONAL DA LÍNGUA PORTUGUESA. 17 de julho



OBSERVATÓRIO POLÍTICO

Rua D. João Castro, nº 32-A Ajuda
1300-193 Lisboa
Tel. (+351) 21 363 05 77
geral@observatoriopolitico.pt

Para citar este trabalho/To quote this paper:

BERNARDINO, Luís. «30.º Aniversário da Comunidade de Países de Língua Portuguesa. Desafios e Oportunidades para a Lusofonia a Oriente» **#141**, *Observatório Político*, publicado em **julho/2026**, URL: www.observatoriopolitico.pt

Aviso:

Os working papers publicados no sítio do Observatório Político podem ser consultados e reproduzidos em formato de papel ou digital, desde que sejam estritamente para uso pessoal, científico ou académico, excluindo qualquer exploração comercial, publicação ou alteração sem a autorização por escrito do respetivo autor. A reprodução deve incluir necessariamente o editor, o nome do autor e a referência do documento. Qualquer outra reprodução é estritamente proibida sem a permissão do autor e editor, salvo o disposto em lei em vigor em Portugal.